

Adusp

INFORMATIVO

Campanha salarial: Cruesp mantém os 8,4%

A Assembleia Geral da Adusp, ocorrida em 19/5, aprovou os seguintes indicativos para o Fórum das Seis:

1. Insistir junto ao Cruesp no sentido de que há espaço para um reajuste maior que os 8,4% propostos;

2. Insistir na extensão do reajuste de 6% aos funcionários da Unesp e Unicamp;

3. Reiterar a necessidade de uma revisão, no segundo semestre (outubro), do reajuste concedido em maio, dado que as informações sobre a evolução da arrecadação do ICMS estarão mais claras. Ressaltar que não se trata de nova campanha de data base no segundo semestre, mas sim de uma revisão da negociação de maio;

4. Discutir no Fórum das Seis e, caso aprovado, encaminhar ao Cruesp uma proposta para que se estabeleça uma política salarial de médio prazo (alguns anos), de modo a revalorizar, gradualmente, o trabalho nas univer-

sidades públicas paulistas, recuperando patamares salariais do início da autonomia.

5. Reiterar a necessidade de discutir com os reitores a valorização dos níveis iniciais da carreira docente.

6. Aceitar a proposta de constituição de uma comissão com representantes da Reitoria, Adusp e Sintusp para discutir terceirização. Enquanto houver terceirização, propor pagamento de um piso salarial aos terceirizados, condições de alimentação adequadas, entre outros.

Contraproposta

De posse dos indicativos aprovados nas assembleias de docentes e funcionários das três universidades o Fórum das Seis, em reunião ocorrida em 25/5, decidiu manter a reivindicação de 15%, além dos itens 2 e 3 apresentados acima. O Fórum também aprovou a apresentação eventual de contraproposta salarial na segunda reunião com o Cruesp, que ocorreria no dia

seguinte, 26/5, como continuidade da negociação da data-base 2011.

No início da reunião com o Cruesp, os representantes do Fórum argumentaram que as entidades estimavam que a arrecadação do ICMS em 2011 seria bem superior à cifra de R\$ 71,43 bilhões prevista pelo governo e adotada pelo Cruesp nessa negociação, mantendo, assim, a reivindicação de 15%.

Face à negativa do Cruesp e, adotando uma estimativa de cerca de R\$ 74 bilhões para a arrecadação de ICMS, o Fórum apresentou uma contraproposta de reajuste de 12%, mais 6% para os funcionários da Unesp e Unicamp e 1% para os funcionários da USP (que já tiveram neste ano 5%), o que implicaria um comprometimento de 85% dos repasses orçamentários das três universidades com as folhas de pagamento, da mesma ordem do valor estimado pelo Cruesp quando propôs o reajuste de 8,4%.

Permanência

Em virtude de nova negativa dos reitores, os representantes do Fórum defenderam a necessidade de realização de reunião com o Cruesp no segundo semestre, quando será possível fazer uma estimativa mais precisa da arrecadação de ICMS em 2011 e, caso se confirme valor superior ao adotado pelo Cruesp, caberia uma reavaliação do reajuste agora concedido. De concreto, houve acordo para a realização de reuniões com a comissão técnica do Cruesp no segundo semestre para tratar deste tema. Foi acertada também a realização de reuniões para tratar das pautas específicas de reivindicações em cada universidade.

Na fase final da reunião, quando a presidência do Cruesp pretendia considerá-la encerrada, as representantes dos DCEs da Unicamp e da USP insistiram na necessidade de discutir o segundo ponto da pauta conjunta, referente à permanência estudantil, defendendo

a adoção de uma política isonômica por parte das três universidades. O Cruesp, em oposição, defendeu que cada universidade, extremamente sensível a essa questão, daria um tratamento específico dentro dos limites orçamentários existentes. Por fim, houve a intervenção da representação do Sinteps para denunciar o descaso do governo com relação a realizar negociações efetivas com docentes e funcionários do Centro Paula Souza, em greve na justa defesa de salários dignos.

Mas de pouco vale um cenário econômico favorável, que proporcionaria uma boa oportunidade para recomposição do poder aquisitivo dos salários, se não houver mobilização das categorias para ir em busca de ganho adicional. É preciso refletir sobre o porquê do pouco interesse dos colegas na questão salarial, sem o qual não teremos a força necessária para levar o Cruesp a rever sua proposta inicial.

Gatilho: depósito judicial deve ser liberado nesta semana

Conforme noticiado no *Informativo Adusp* 325, seguindo acordo firmado pela Adusp e pela Reitoria em 26/4/2011, a USP fez o depósito judicial referente ao pagamento da parte incontroversa da sentença – gatilhos não pagos e pagos em atraso em 1987 –, em 6/5/2011. Ao ser liberado pelo juiz, o montante devi-

do será depositado em uma conta do Banco do Brasil, aberta pela Adusp exclusivamente para esse fim. A partir desse momento, a Adusp iniciará os procedimentos para efetuar os pagamentos.

Nesta semana, será enviada por correio, aos beneficiários, correspondência com os seguintes documentos:

carta explicativa, demonstrativo de valores, termos de quitação e descrição dos procedimentos para receber os pagamentos. Será necessário efetuar reconhecimento de firma, por autenticidade, no termo de quitação. Para isso, o beneficiário deverá se dirigir a um cartório, munido de RG e CPF originais e assinar o termo de quitação,

na presença do funcionário responsável. Fomos orientados pelos advogados da ação a fazer essa solicitação, por motivos de segurança dos beneficiários. Aqueles que ainda não atualizaram seus cadastros junto à Adusp devem fazê-lo o mais rapidamente possível.

O trabalho da Adusp para chegarmos ao ponto em que

estamos foi intenso e as dificuldades foram muitas: construir uma lista incontroversa, obter da Reitoria os dados salariais relativos a 1987, acertar o procedimento para o cálculo do montante devido a cada beneficiário. Finalmente, após essa árdua luta, vamos receber parte do que nos é devido há mais de 20 anos!

Greve prossegue forte no Ceeteps

Bahiji Haji

Cerca de 400 pessoas lotaram o Auditório Franco Montoro, da Alesp, no dia 25/5, na audiência pública sobre o Centro Paula Souza (Ceeteps) convocada pelo deputado Carlos Giannazzi (PSOL). Convidados, nem a superintendente Laura Laganá, nem os secretários de Gestão e de Desenvolvimento compareceram para explicar os motivos do arrocho salarial no Ceeteps.

“O vínculo com a Unesp sempre engrandeceu a qualidade da educação oferecida para os estudantes do Centro”, enfatizou Zanetic, presidente da Adusp. Ele lembrou que os primeiros ataques ao vínculo, bem como o início da deterioração salarial no Ceeteps, têm nome e sobrenome: Mário Covas. Foi no primeiro governo tucano, a partir de 1996, que deixaram de ser repassados à categoria os mesmos reajustes oferecidos nas

três universidades, como exige a lei.

Ataque

Neusa Santana Alves, presidente do Sinteps, acusou a gestão Alekmin (que foi, não por coincidência, vice de Covas) de agir ao arrepio da lei. “Este governo, que diz o tempo todo estar preocupado com a gente de São Paulo, desrespeita a lei há anos no Centro Paula Souza. Não só deixou de pagar os reajustes concedidos nas universidades, como também desrespeita totalmente a própria data-base por ele instituída, que é em março”, destacou.

Emocionada, Neusa disse que o novo ataque do governo, que agora tenta enfraquecer a representação sindical da categoria, “não passará”, pois “os trabalhadores estão respondendo com garra, dignidade e disposição de luta, fazendo uma greve forte e combativa”.

O deputado Giannazi ficou de protocolar ofício na Casa Civil, pedindo audiência e abertura de negociação do governo com o Sinteps. O líder do PT, deputado Enio Tatto, garantiu a presença da direção do Sinteps na reunião do colégio de líderes da Assembleia Legislativa nesta terça-feira, 31/5.

Progressão?

No dia 20/5, 2 mil manifestantes do Ceeteps, da capital e dezenas de cidades do interior, realizaram ato no vão livre do Masp, na Avenida Paulista. Suas palavras de ordem pediam reajuste salarial, melhores condições de trabalho e de infraestrutura nas ETECs e Fatecs. Após o ato, os manifestantes desceram em passeata até a frente das secretarias de Gestão e de Desenvolvimento, onde novo ato foi realizado.

Na manhã do mesmo dia, ocorreu uma tentativa de negociação entre o Sinteps e o



Ato de lançamento da greve, em 13/5

governo estadual, representado pelo secretário de Gestão, Júlio Semeghini, secretário adjunto do Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Luciano Pereira Barbosa, vice-diretor superintendente do Ceeteps, César Silva, e outros assessores.

Embora bastante questionado pelo Sinteps, Semeghini dis-

se que não havia nenhuma proposta nova de reajuste. Os representantes do governo e do Ceeteps limitaram-se a dizer que a progressão funcional vai ocorrer “mesmo”. No entanto, somente 50% da categoria estão aptos a “concorrer” à progressão. Destes, quantos irão progredir não se sabe.

Na Bahia, greve nas estaduais completa 50 dias

Os professores das quatro universidades públicas baianas, que completaram 50 dias de greve, apresentaram ao governo, em 25/5, uma nova proposta de redação da cláusula do Termo de Acordo salarial, por meio da qual aceitam o parcelamento da incorporação da gratificação por condições especiais de trabalho (CET), mas requerem que isso não se dê em prejuízo do reajuste geral anual dos salários até o ano de 2015, como deseja o governo.

Quanto à revogação do Decreto 12.583/11, ou de inclusão de parágrafo que isente as autarquias de seus efeitos, o governo continuou irreduzível e apenas se comprometeu a realizar reuniões, após o fim da greve, para discutir os seus efeitos sobre as uni-

versidades. O decreto estabelece procedimentos que restringem a execução orçamentária e financeira dos entes públicos estaduais, ferindo a autonomia das universidades baianas (em São Paulo, em 2007, o então governador José Serra tentou algo semelhante). Além disso, interfere nas contratações de pessoal.

O governador Jacques Wagner não abre mão de congelar os salários dos docentes até 2015. Embora tenham acenado com a retirada desse dispositivo, os negociadores do governo, ao formalizar uma nova proposta ao Fórum das ADs em 25/5, mantiveram, sob nova redação, o impedimento de reajustes salariais anuais nos próximos quatro anos. Rejeitada essa nova redação pelas assembleias dos docentes, o governo simplesmente se reti-

rou da mesa de negociação durante a reunião do dia 27/5.

“Desonesto”

Segundo a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana (Adufs), “esse comportamento desonesto do governo só atrapalha as negociações e demonstra sua má vontade em avançar rumo à superação do impasse”. Para o Comando de Greve, “péssimos salários e ataque aos direitos conquistados não podem ser aceitos passivamente”.

A greve dos quase 5 mil professores deixa cerca de 60 mil estudantes sem aula. Na Uefs, a greve teve início em 11/4; na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) e Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) em 8/4; e na Universidade do Estado da Bahia (Uneb) em 26/4.

Tentado a acabar com a greve antes de ser obrigado a negociar, o governo de Wagner, um ex-sindicalista, cortou os salários dos professores da Uefs, Uese e Uesb do mês de abril, inclusive os dias trabalhados. Mas as ADs impetraram mandado de segurança, acatado pelo Tribunal de Justiça, que, em decisão publicada em 25/5, determinou o pagamento dos salários de abril e a não suspensão dos próximos enquanto a greve continuar.

Piauí

Os professores da Bahia recebem o segundo menor salário do Nordeste, ficando atrás apenas do Maranhão. O salário-base de um professor-auxiliar é de R\$ 736 por 20 horas semanais. Um professor-adjunto, com doutorado, recebe R\$ 1.004.

No Piauí, os docentes da Universidade Estadual (Uespi) decidiram manter a greve iniciada em 12/5 e rejeitar a proposta de reajuste de 7,1% apresentada pelo governo, proposta que só valeria para o mês de junho. Os professores aprovaram contra-proposta: de que o governo pague o piso do magistério da rede básica (R\$ 1.187) para o professor 20 h da Uespi com graduação, que recebe atualmente apenas R\$ 900. Outro ponto constantemente presente nas reivindicações refere-se à abertura de concursos públicos, já que a universidade continua apresentando mais da metade do quadro docente constituído por professores substitutos, que são, atualmente, 771 contra 620 efetivos.

“Curso de Obstetrícia rompe paradigmas tradicionais”

Daniel Garcia

A partir desta edição, com a finalidade de tornar mais conhecidos os novos cursos da USP, e qualificar o debate a respeito deles, o **Informativo Adusp** publicará uma série de textos elaborados por docentes destes cursos. A nosso pedido, a professora **Nádia Zanon Narchi**, coordenadora do curso de obstetrícia da EACH, nos enviou o texto que segue.

Em 2005, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) inovou ao criar o Curso de Obstetrícia, cuja proposta é colaborar para o aumento do número de profissionais devidamente capacitados para a promoção da maternidade segura. Assim, obstetrizes formadas por esse curso poderão contribuir para diminuir os índices de mortalidade e morbidade materna e perinatal ainda elevados em nosso país.

Em muitas partes do mundo, obstetrizes prestam cuidados primários para as mulheres, existindo consideráveis variações sobre a organização dos serviços por elas prestados, o tipo de formação e o seu papel profissional. De forma geral, o modelo de atenção prestado por essas profissionais baseia-se na promoção da saúde da mulher, mais especialmente durante a gestação, parto e pós-parto, eventos normais, sobre os quais as mulheres devem ter controle e autonomia de decisões.

Diversos documentos da Organização Mundial da Saúde, do Fundo de Populações das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos, da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia, entre outros, destacam a importância da formação e inserção de obstetrizes ou de “parteras diplomadas” nos sistemas de saúde.

Compromisso

Pesquisa recente (2004) realizada pela Universidade de Oxford mostrou que nenhum país conseguiu melhorar a saúde materna e perinatal sem investir na capacitação de obstetrizes devidamente qualificadas para trabalhar na atenção primária, o que inclui a assistência à mulher e família em locais como o domicílio, as unidades básicas de saúde, as casas de parto e os centros de parto normal intrahospitalares.

Obstetrizes formadas pela Universidade de São Paulo têm formação geral voltada para o compromisso com a promoção da saúde, da cidadania, dos direitos sexuais e reprodutivos, e da busca de soluções de problemas contemporâneos, como, por exemplo, os altíssimos índices de partos operatórios

(cesarianas) dos sistemas de saúde público e privado brasileiros.

Ao integrar dimensões biológicas, psicossociais e culturais no processo de cuidado e assistência às mulheres, suas famílias e comunidade, o curso se orienta por um modelo de atenção à saúde que prioriza as diretrizes do Sistema Único e da Humanização do Cuidado em Saúde. Neste sentido, o currículo do curso foi construído tomando o eixo das Ciências Humanas e Sociais e da Saúde como estruturante e não como um apêndice no processo de formação de profissionais de saúde, ou seja, há um rompimento importante de paradigmas em relação aos modelos tradicionais dos cursos da área.

Tem-se como perspectiva, levando em consideração a



Em audiência pública na Alesp, alunas de Obstetrícia protestam contra “Relatório Melfi”

relevância técnica, política e social da formação de obstetrizes, que essa profissão tor-

ne-se respeitada, atraente e com ingresso garantido no sistema de saúde brasileiro.

Plano de carreira eleva salário dos funcionários da USP

O Conselho Universitário da USP aprovou, em 11/5, o Plano de Carreira dos funcionários técnicos-administrativos. O Plano aumentou os salários, reduziu o número de níveis da carreira e adotou a descentralização administrativa, conferindo às unidades a prerrogativa de preparar a progressão profissional de seus respectivos funcionários.

O menor piso salarial, para os funcionários que possuem apenas escolaridade mínima (ensino fundamental), passa a ser de R\$ 1.536,90, o que representa aumento de quase 27% sobre a referência anterior. Para os funcionários que possuem ensino médio, o piso será de R\$ 2.792,01. Quanto aos funcionários com diploma de nível superior, os salários vão vari-

ar entre R\$ 5.250,06 e R\$ 10.914,51. Sobre esses valores ainda incidirá o reajuste a ser concedido pelo Cruesp na data-base.

Os três representantes dos funcionários no Co se abstiveram na votação. Embora considere o Plano um avanço, o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) entende que parte de suas reivindicações não foi atendida.

Conquista

As novas referências salariais definidas pelo Plano de Carreira representam, certamente, uma justa conquista do movimento dos funcionários técnico-administrativos da USP. A valorização dos funcionários é indispensável à garantia da universidade pública, gratuita e de quali-

dade socialmente referenciada. Por outro lado, essas novas referências remetem a uma outra questão: a defasagem salarial dos docentes. Neste sentido, algumas comparações são instrutivas.

O novo teto salarial dos funcionários (R\$ 10.914,51) situa-se acima do salário básico de professor titular (MS-6) em regime de dedicação integral (RDIDP), que é R\$ 10.888,21. O salário de professor-doutor (MS-3) nesse mesmo regime é de R\$ 7.574,75, e o de professor associado (MS-5), R\$ 9.030,61. O piso dos funcionários técnico-administrativos de nível superior (R\$ 5.250,06) também situa-se acima do salário de um professor titular em regime de turno completo (RTC), que é de R\$ 4.790,89.

Assim, o aumento concedido aos funcionários técnico-administrativos de nível superior acaba por confirmar, em especial, a urgência e a justiça da reivindicação dos docentes das três universidades públicas de valorização dos níveis iniciais da carreira, que deve ser negociada, em breve, com os reitores. Os docentes precisam receber remuneração compatível, tanto com sua formação e titulação, que demanda longo período de estudo, quanto com sua contribuição às atividades desenvolvidas pela universidade. O corpo docente das universidades estaduais paulistas é bastante qualificado para as tarefas que precisa desempenhar, mas seus salários estão aquém do que seria razoável.

Eleições: nova diretoria da Adusp toma posse em 1/7

Nos dias 25 e 26/5, realizaram-se as eleições para diretoria e parte do Conselho de Representantes da Adusp. Foram eleitos como representantes os colegas Valeria Hadel e Claudio Gonçalves Tiago (CBM), Rogério Monteiro de Siqueira e Gladys Beatriz Barreiro (EACH), Paulo Kagayama e José Nivaldo Garcia (Esalq), Anil Kumar Singh (suplente, FCF), Kimi Tomizaki e Fabiana Augusta Alves Jardim (FE), Teise de Oliveira Guaranha Garcia e Elisabeth Spinnelli de Oliveira (FFCL-RP), Rosângela Sarteschi e Valeria de Marcos (FFLCH), Alceu Alonso Jordão Júnior (FMRP), Cesar Antunes de Freitas e Arsenio Sales Peres (FOB), Andrés Vereik (FZEA), Maria Luisa Sandoval Schmidt e Marie Claire Sekkel (IP).

Ainda há muitas unidades sem representação junto ao

Conselho da Adusp e devemos convocar novo processo eleitoral no segundo semestre.

Para a diretoria, a única chapa inscrita, “Participação”, é composta pelos colegas Heloisa Daruiz Borsari (IME, presidente), César Augusto Minto (FE, 1º vice-presidente), Elisabetta Santoro (FFLCH, 2ª vice-presidente), Carla Roberta Carvalho (ICB, 1ª Secretária), Helder Garmes (FFLCH, 2º Secretário), Jessé de Oliveira (EP, 1º Tesoureiro) e Marcelo Ventura Freire (EACH, 2º tesoureiro), além dos diretores regionais Fabiana Cristina Severi (Ribeirão Preto), Sérgio Souto (Pirasununga), Demóstenes Ferreira da Silva Filho (Piracicaba).

De um total de cerca de 2.900 associados, votaram 481 docentes, dos quais 466



Docente vota na urna do IF

na chapa “Participação” e 15 em branco. A abstenção no processo eleitoral, um momento tão fundamental da vida da Adusp, reforça a necessidade de ampliar e aprofundar a reflexão sobre o vínculo da entidade com seus representados. Se, por um lado, a conjuntura em que vivemos não favorece nem in-

centiva as atividades coletivas, por outro, iniciativas individuais não levam a soluções para os muitos problemas a enfrentar na universidade.

Ao lado, os resultados da eleição para diretoria, em cada uma das unidades nas quais foram instaladas urnas:

Resultado da apuração da eleição 2011 para diretoria da Adusp

unidade	chapa1	brancos	nulos
CBM	2	0	0
EACH	15	0	0
ECA	11	0	0
EE	34	1	0
EEFE	2	0	0
EEFERP	1	0	0
EERP	15	0	0
EP	14	2	0
ESALQ	49	0	0
FCF	9	0	0
FCFRP	8	0	0
FDRP	3	0	0
FE	20	2	0
FEARP	0	0	0
FFCLRP	19	0	0
FFLCH	62	0	0
FM	17	0	0
FMRP	7	1	0
FMVZ	7	0	0
FOB	3	0	0
FORP	7	0	0
FZEA	14	1	0
IAG	9	1	0
IB	6	0	0
ICB	1	0	0
IF	37	4	0
IGC	25	0	0
IME	37	2	0
IO	11	1	0
IP	14	0	0
Sade	7	0	0
Total	466	15	0

Daniel Garcia

Sarau de 2/6 debate a crise das metrópoles

“Urbanização e grandes cidades: problemas e soluções” é o tema do próximo Sarau da Adusp, que se realizará nesta quinta-feira, 2/6, na sede da Adusp, com a participação do professor João Sette Whitaker, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP) e de Guilherme Boulos, representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro com frequência parecem estar à beira de caos, em razão de inunda-



ções, colapso do transporte coletivo e do trânsito, e agudo déficit de moradias. Há soluções para estes problemas? É possível evitar que fortes interesses

econômicos prevaleçam sobre o interesse social? Estas questões certamente aparecerão no Sarau, que será seguido de um coquetel. Apareça e participe.

MPE abre inquérito para apurar se eleição de reitor da USP fere a LDB

O promotor de justiça Sílvio Antonio Marques, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital, instaurou, em abril, inquérito civil (PJPP 165/2011) com a finalidade de apurar “possíveis irregularidades na eleição de Reitor da USP” e “violação de lei quanto à ocupação de 70% dos assentos de docentes nos órgãos colegiados constituintes do colégio eleitoral”.

Marques enviou ofício à Reitoria em 7/4/2011 informando da instauração do inquérito. O promotor determinou o prazo de 30 dias para que a USP preste informações, mas, antes mesmo que se esgotasse esse período, a USP já peticionou requerendo a dilação de prazo por mais vinte dias. No ofício Marques pede: a) esclarecimentos sobre os fatos; b) informações sobre o

suposto descumprimento do percentual de 70% de docentes; c) quais as medidas tomadas para resolver a suposta irregularidade.

Desse modo, o Ministério Público Estadual (MPE) atende à representação encaminhada pela Adusp em 10/2, data em que o procurador-geral de justiça do Estado de São Paulo, Fernando Grella Vieira, acompanhado de outros procuradores, concedeu audiência a representantes da entidade (*Informativo Adusp* 320).

Na ocasião, a Adusp solicitou ao MPE providências contra vários artigos do Estatuto da USP referentes à composição de seus órgãos deliberativos, os quais ferem o preceito constitucional da gestão democrática previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O Estatuto da USP viola o

artigo 56 da LDB, segundo o qual em “qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratam da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes”.

Na USP, os docentes excedem os 80% de participação no colégio eleitoral de reitor(a), em detrimento das demais categorias — estudantes e funcionários. Nas congregações, a participação dos professores é superior a 86%, na maioria das unidades. O artigo 36 do Estatuto, que dispõe sobre a composição do colégio eleitoral que vota a lista tríplice de candidatos a reitor(a), impõe uma subrepresentação de funcionários e estudantes.